

15 JUL 1987

**Lei de
Segurança: o PT
quer aliados.**

Diante da ameaça de ver seus dirigentes enquadrados na LSN o PT fez um apelo ontem ao PMDB reclamando seu apoio. "Nós temos de lutar contra a LSN. Por que não temos uma luta conjunta dos que estão no poder, do PMDB, para esse fim? O PMDB tem que ter uma resposta concreta. Fazemos um apelo para as forças democráticas para que preparem uma ação orquestrada aqui em resposta à ação orquestrada que o governo montou para nos intimidar", disse Jacó Bittar, primeiro vice-presidente.

Os dirigentes do PT estão sendo acusados de ter incitado o público que compareceu ao comício das diretas no último domingo aos saques e depredações e de ter ofendido o presidente José Sarney. As acusações envolvem o presidente regional do PT, Djalma Bom, o presidente da CUT estadual, Jorge Coelho, e o presidente nacional da entidade, Jair Meneghelli. Todos eles podem ser enquadrados na LSN, segundo o ministro da Justiça, Paulo Brossard. A Superintendência da Polícia Federal em São Paulo já abriu inquérito mas, por enquanto, o único que havia recebido ontem uma intimação para comparecer hoje às 15h30 à Polícia Federal foi o presidente regional do PT, Djalma Bom.

A resposta do PT veio ontem... através do secretário nacional do partido, Olívio Dutra. Ele acredita que a preocupação do governo é "intimidar" o PT que tem uma "proposta alternativa para a conjuntura. Na área jurídica temos nossos advogados que estão tratando do problema. Mas a questão é política", disse.

O pior, segundo Olívio Dutra, foi o comportamento do ministro Paulo Brossard no episódio. "Ele se rebaixou a um nível de chefe de polícia. Tudo isto é um medo que tem o governo do crescimento da luta popular pelas diretas já. São atos de desespero diante do crescimento da nossa proposta."

A atitude do governo, na análise de Olívio Dutra, mostra que está sendo retomado o caminho da repressão, da ditadura, dos militares, disse lembrando o caso de Danilo Groff (acusado de participar do quebra-quebra do Rio) que está detido como preso político. "A Nova República talvez tenha uma prática de autoritarismo mais subliminar, tem um discurso pseudoliberal e uma prática autoritária. O PT entende que o povo tem carradas de razão de se mostrar contra o governo. O PT propõe ações coletivas organizadas e não está sozinho nessa proposta", afirmou.

Os excessos verbais, cometidos por Djalma Bom, Jair Meneghelli e Jorge Coelho, na opinião do PT, não justifica de forma alguma a aplicação de instrumentos de exceção. "O que é mais grave? Os excessos verbais que eles cometeram na Sé ou os 20 tanques entrarem nas refinarias, ou na siderúrgica nacional do Rio?"

**Discussão:
como punir os
ofensores?**

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmou ontem que é contra a aplicação da Lei de Segurança Nacional para punir os líderes do PC do B, do PT e da CUT, acusados de ofenderem o presidente Sarney e estimularem depredações no comício das diretas, realizado, em São Paulo, no último domingo. "Entendo que a LSN não deve ser usada, pois a legislação penal já tem dispositivos contra aqueles que perturbarem a ordem", disse Ulysses. E os líderes do PT, Luís Inácio Lula da Silva, do PC do B, Haroldo Lima, do PDT, Brandão Monteiro e do PSB, Beth Azize, somaram seus protestos ontem na Constituinte contra a utilização, pelo governo, da LSN.

Lula considerou "um despropósito" a tentativa de enquadramento do ex-deputado Djalma Bom e dos sindicalistas Jair Meneguelli e Jorge Coelho na LSN, sob a justificativa de que teriam ofendido o presidente da República, "quando na verdade a ofensa foi a presença de 50 ou 60 mil pessoas na Praça da Sé protestando contra o descabro político e administrativo deste país".

Já o ministro da Justiça, Paulo Brossard, ao falar ontem na abertura do inquérito que investiga a participação do PC do B, da CUT e do PT em saques e depredações, declarou que "ninguém dirá que a atual Lei de Segurança Nacional é uma lei draconiana. A lei atual, de 1969, não tem nenhuma relação com a de 1969, a não ser o nome. O equívoco deriva apenas da denominação". Segundo o ministro, o inquérito foi aberto "por causa da gravidade dos fatos". Já como resultado desse inquérito, o ex-deputado Djalma Bom vai depor na Polícia Federal, hoje, às 15h30, em São Paulo.

O presidente da CUT, Jair Meneguelli, afirmou ontem que não acredita no seu enquadramento na LSN, "por falta de elementos que comprovem a acusação".